

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ALUNOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Leilane Ferreira Ferro¹
Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena Rodrigues²
Francisca Maria Nunes da Silva³

INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988, a constituição cidadã, a educação no Brasil foi definida como um direito de todos. A ampliação do acesso ao ensino superior tornou-se uma preocupação da política de educação no país, fato que favoreceu grupos sociais discriminados historicamente. Esse acesso fortaleceu a sociedade levando a busca de igualdade de direitos sociais e exercício de cidadania (DYTZ et. al.,2010).

Tendo em vista o objetivo citado acima, em 2003 foi criado o Programa Nacional de Expansão das Universidades Públicas Federais, vinculando-se instituições federais do país (LUBAMBO; BASTO, 2013). Esse processo trouxe elementos para sociedade que possibilitaram uma forma de pensar que considera: o reconhecimento da identidade do indivíduo, o direito a cidadania, o desenvolvimento social na comunidade, o multiculturalismo, a formação de novos movimentos sociais, o fortalecimento cultural, o desenvolvimento do censo crítico sobre a política e a compreensão da importância do papel do Estado em ações públicas fundamentais para o desenvolvimento da sociedade (BASSO; PRADO, 2013).

Com a implantação de novos *Campi* a educação superior passou por um incremento no país, a princípio com a Expansão I, entre 2003 a 2007, depois, através do Reuni que trouxe um expressivo crescimento não somente das universidades federais, mas também de *campi* no interior do país (BRASIL, 2012). A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138%. Ainda no âmbito da integração e do desenvolvimento regional, destacam-se a criação de 47 novos *campi* no período entre 2011 e 2014 (BRASIL, 2012).

A universidade disponibiliza à comunidade acadêmica o conhecimento adquirido com ensino, pesquisa e extensão, a fim de despertar desde o início da carreira acadêmica a capacidade de criar através do senso crítico soluções nos mais diversos e complexos problemas que desafiam a sociedade, visto que a universidade não se limita a produzir profissionais que atuem exclusivamente no que se estudou, mas engloba funções como: ensino e soluções de problemas sociais (DYTZ et. al.,2010).

A falta de espaço no mercado de trabalho preocupa o estudante, especialmente o adolescente quando o assunto é escolher uma profissão que lhe possa trazer sucesso profissional. No passado, a escolha da profissão praticamente era feita pela família, seguindo

¹ Enfermeira graduada na Universidade Federal de Alagoas- UFAL, leilinha_ferro@hotmail.com;

² Orientadora - Professora adjunta Curso Enfermagem UFAL - francisca.silva@arapiraca.ufal.br

³ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem- PPGENF da Universidade Federal de Alagoas-UFAL,;

Artigo resultado de Projeto de pesquisa

um contexto tradicional. No decorrer do tempo observa-se jovens com mais atitudes contestadoras, com profissões diferentes dos seus genitores.

Segundo Saraiva e Quixadá (2013), atualmente a maioria dos estudantes que ingressa na universidade está na adolescência e, durante a sua vida acadêmica enfrentam o processo de transição para idade adulta, o que implica no desenvolvimento da maturidade psicoafetiva e a consolidação dos papéis sexuais e sociais, para fins de concretização da sua identidade pessoal e profissional.

Para Spata e Gomes(2005), a vivência de um adolescente se caracteriza por uma série de mudanças fisiológicas, cognitivas e psicológicas, além de mudanças em relação aos papéis sociais a serem assumidos pelo indivíduo. Entre esses, destaca-se o papel de trabalhador. O jovem brasileiro que chega ao fim do ensino médio é chamado a fazer escolhas profissionais e pode optar pela continuação dos estudos ou pelo ingresso imediato no mercado de trabalho. Uma das alternativas disponíveis para que o jovem continue seus estudos é a educação superior.

Os alunos com situação socioeconômica desfavorável, quando aprovados na universidade, também enfrentam uma dificuldade adicional que é a permanência na instituição de ensino. Tais situações se perpetuam ao longo da construção universitária, pois que todo o sistema educacional universitário exige profundas transformações por parte de todo o sistema que estrutura o ensino superior no Brasil (BRASIL, 2000). Para um estudante em situação de vulnerabilidade social que ingressa no ensino superior há necessidade de investimentos, como auxílio alimentação, transporte e compra de materiais didáticos, pois sem este incentivo é difícil o mesmo concluir seus estudos, facilitando a não permanência dos mesmos na universidade (GRIGNON; GRUEL, 1999).

É possível observar que alunos menos favorecidos socialmente são comuns no curso de enfermagem. A Faculdade de enfermagem faz parte da lista dos cursos mais procurados no país. Alguns trabalhos já foram publicados tratando das escolas de enfermagem no Brasil e confirmam a presença de alunos com baixo nível socioeconômico (SANTOS; LEITE, 2006). Estudos realizados na década de 1980 concluíram que existiam dificuldades sociais entre os alunos para conclusão do curso. A elevada taxa de evasão estava ligada a fatores sociais, econômicos e educacionais (GOMES, ANGERAMI, MENDES, 1995).

Segundo Sobrinho (2010), a expansão quantitativa do ensino superior brasileiro principalmente os cursos que requerem um maior investimento financeiro não beneficia a população de baixa renda. A taxa de alunos que precisa trabalhar para manter a sua família e/ou a si mesmo na universidade pública ou particular provoca lacunas no aprendizado dos futuros profissionais. Há, dessa forma, um desafio importante para os alunos que trabalham e são ingressantes no curso de enfermagem na universidade. Com base no exposto, o presente estudo objetivou conhecer o perfil socioeconômico dos alunos do curso de graduação em enfermagem de uma Universidade Pública Federal localizada no agreste do estado de Alagoas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em 2014, em um Campus avançado da Universidade Federal de Alagoas, localizado em Arapiraca, no agreste alagoano, fruto do processo de expansão das Universidades Federais no Brasil. O município de Arapiraca situa-se no centro do estado de Alagoas, na sub-região do agreste, distante 136 km da capital, Maceió. Possui uma área de 356,181 km², é considerado o segundo maior município do Estado.

O estudo foi transversal, quantitativo e descritivo. A população de estudo foi constituída por 183 alunos matriculados no curso de enfermagem nos anos 2009 a 2013. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado com perguntas objetivas contemplando variáveis de análise agrupadas em: Condição socioeconômica, demográfica, renda familiar e vida acadêmica. A coleta de dados foi realizada durante o período letivo entre os meses de junho e julho de 2014. Cem alunos aceitaram participar da pesquisa. Para realização do estudo partiu-se do pressuposto de que o perfil socioeconômico dos ingressantes no curso de bacharelado em enfermagem era caracterizado por alunos oriundos de famílias com renda inferior a três salários mínimos (ZAGO, 2006). Os dados foram analisados através de frequências simples. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas sob parecer nº 672.675, bem como pela direção do Campus Arapiraca.

3 RESULTADOS

O estudo constatou que, os alunos de enfermagem da universidade pesquisada, na sua maioria, iniciaram o ensino superior na juventude, 80% encontrava-se na faixa etária de 18 a 24 anos. Tal situação evidencia o interesse dos jovens em se capacitarem para o mercado de trabalho. Foi possível também observar um percentual de 20% de alunos adultos, considerando adulto a partir de 25 anos, interessados na qualificação profissional. Segundo Oliveira (2002), possuir escolaridade no capitalismo significa garantir emprego e maiores salários. Entende-se que essa compreensão reduz a educação apenas a uma relação de custo-benefício, enfatizando que o investimento da formação amplia possibilidades com maiores ganhos futuros.

Observou-se também grande diferença entre os percentuais relativos ao gênero dos alunos do curso de enfermagem com maioria, 74%, do sexo feminino. Segundo Souza (2013), no curso de enfermagem o gênero masculino está mais presente que outrora, porém permanece como maioria o gênero feminino, apesar do tempo decorrido desde o seu surgimento até os dias atuais, ainda se verifica um considerável percentual de mulheres que integra e busca a enfermagem como profissão.

Quanto a cor da pele, 65% eram pardos, 27% brancos e 8% negros. Estes percentuais divergem dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2011, em que a participação de negros e pardos como discentes no ensino superior crescia de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011 e alunos brancos entre 18 e 24 anos passaram de 39,6% em 2001 para 65,7% do total em 2011. Portanto, os alunos brancos são os maiores frequentadores do ensino superior no Brasil (BRASIL, 2011).

A interiorização da universidade no Brasil foi realizada com o objetivo, dentre outros, de favorecer pequenas cidades localizadas em pontos distantes dos grandes centros urbanos, para desenvolvimento do comércio e a agricultura de subsistência. Identificou-se na pesquisa que o Campus Arapiraca recebia alunos de 18 municípios do estado de Alagoas, fato que favorecia aqueles residentes no interior e de baixa renda. Constatou-se também que 84% dos alunos eram moradores de zona urbana e 16% da zona rural.

Levando em consideração a avaliação do perfil socioeconômico dos alunos do curso de enfermagem da universidade pesquisada, é importante relacionar o nível socioeconômico dos alunos e a escolaridade dos pais e/ou responsáveis. Segundo a pesquisa somente 14% dos pais e 44% das mães dos alunos concluíram o ensino superior.

Os dados da pesquisa, mostraram ainda que, 10% dos alunos informaram possuir renda inferior a 1 salário mínimo, enquanto 29% informaram que possuíam uma renda familiar de 1 até 1,5 salários mínimos. Um quarto dos alunos informaram possuir renda

familiar acima de 3 salários mínimos. Conquanto existam alunos que, devido a fatores socioeconômicos, encontram-se em situação de exposição ao risco de não concluir o ensino superior, a simples presença destes no corpo discente da universidade, justifica a implantação do projeto da universidade interiorizada.

Quanto à situação de residência e acesso em adquirir bens de consumo foi observado que 70% dos jovens alunos residiam em casas próprias e quitadas e somente 3% residiam em casas cedidas. É possível perceber que as famílias desses jovens tinham acesso a bens de consumo, como por exemplos: 100% das famílias tinha ao menos uma TV colorida em casa, 95% das famílias tinham acesso à internet, o que indica que mais de 70% dessas famílias não se encontravam na condição econômica hipossuficiente.

Avaliando o perfil socioeconômico dos alunos de enfermagem identificou-se que 53% nunca trabalhou e 21% já haviam trabalhado. Tal achado mostra disparidade quando comparada às escolas de enfermagem de instituições privadas de ensino superior. Segundo estudo sobre perfil de estudantes das instituições de ensino superior pública e privadas, observou-se que a maioria dos alunos das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, trabalhavam para sua manutenção ou da sua família, ingressando com idades mais avançadas (NAKAMAE, 1992). Daí a compreensão de que os alunos que frequentam as universidades públicas provavelmente possuem melhores condições socioeconômicas, tendo as Instituições de Ensino Federais, na composição de seu alunado, grande proporção de estudantes provindos de famílias de maior renda per capita (BARREYRO, 2008).

Identificou-se que, 87% dos alunos concluíram o ensino fundamental em 8 anos e que 46% estudaram somente em escolas privadas. Um terço, 30% concluíram o ensino fundamental somente em escolas públicas. Quanto ao ensino médio, 97% dos alunos pesquisados informaram que concluíram em três anos, e 51% cursaram somente em instituições privadas, enquanto que 31% responderam ter cursado o ensino médio unicamente em instituições públicas. A maioria, 71%, frequentou curso preparatório para o vestibular. Observa-se que há diferença entre gêneros quanto o tipo de escola de ensino fundamental, as mulheres provem de escolas particulares mais que os homens, fato que não acontece na escola de ensino médio.

No que se refere à escolha pelo curso de enfermagem, observou-se que 43% dos alunos preferiam fazer outro curso que não esse, sendo a maioria do sexo masculino; tais dados sugerem que os jovens do interior fazem opção por cursos que se mostram mais acessível e não apenas por afinidade. Assim afirma Jesus (2006) que a sociedade valoriza cursos com maior status social, impulsionando os novos universitários a escolherem cursos que em muitos casos não são de sua preferência. Uma grande consequência disto é a formação de profissionais frustrados e sem qualquer perspectiva.

Dos alunos do curso de enfermagem apenas 10% não custeava passagem para ir à universidade. Quanto à despesa com a refeição no campus universitário, 84% dos pesquisados faziam refeição na universidade ao menos uma vez por semana e alguns chegavam a almoçar 5 dias por semana. Cumpre destacar que 58% destes alunos recebiam ajuda de custo na forma de bolsas para custear passagens, alimentação e materiais de estudo. Para suprir as necessidades dos alunos nas universidades, criou-se em 2010 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que estabelece diretrizes para as ações de assistência estudantil aos alunos com fragilidade socioeconômica, a fim de assegurar a permanência do estudante e favorecer a universalização do ensino superior (ALMEIDA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aponta que a grande maioria dos alunos de enfermagem que participaram da pesquisa eram do sexo feminino, solteiros, se alto declararam pardos, tinha idade até 24 anos e residiam predominantemente na zona urbana de 18 municípios localizados próximos a cidade sede do campus.

A pesquisa apontou que 39% das famílias dos alunos tinham renda mensal de até um salário mínimo e meio e um quarto tinham renda acima de três salários mínimos. Durante o período do estudo foi analisado que 50% dos alunos recebiam algum tipo de bolsa estudantil; e destes alunos quase metade não teve a enfermagem como primeira opção de curso.

É notório que os alunos socioeconomicamente menos favorecidos apresentam dados que influenciam direta ou indiretamente na entrada, na permanência e na conclusão da graduação, mesmo pertencente a uma instituição de ensino superior público fruto do Programa Nacional de Expansão das Universidades Públicas Federais visibilizando a necessidade do fomento de programas que auxiliam e apoiam de forma social alunos como as bolsas estudantis.

Consideramos como sugestão para futuros pesquisadores que discorram sobre a vulnerabilidade dos discentes de enfermagem em Instituições de Ensino Superior Público para uma melhor adequação do processo educacional e assim haja o direcionamento para subsidiar a elaboração e aplicação de um projeto político pedagógico coerente com o sujeito desse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C. S de. **Avaliação da implementação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica.** 138f. Dissertação programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas, da Universidade do vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2013.

BARREYRO, G. B. **Mapa do Ensino Superior Privado.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BASSO, R. A. A. e PRADO, M. R. **Universidade aberta do Brasil: Política pública de democratização e interiorização da educação superior pública a distância no Brasil.** In: Colóquio Luso-brasileiro de Educação a Distância, 3.2013, Lisboa, Anais... Lisboa: LEAD, 2013. p. 1 – 14.

BRASIL. **Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE)** - 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/ibge-em-10-anos-triplica-percentual-de-negros-na-universidade,4318febb0345b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em 20 de set 2014

BRASIL. M.S. **Análise Sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Superior.** Brasília, 2000.

DYTZ, A. G; SCHRIMER, S. N; ROSA, T. S. **Políticas públicas para a permanência qualificada dos acadêmicos nos cursos de graduação.** X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur. Mar del Plata 8, 9 y 10 de Diciembre de 2010.

GOMES DLS, ANGERAMI ELS, MENDES IJM. Acompanhamento da vida escolar dos alunos ingressantes no curso de graduação em enfermagem numa escola brasileira – período de 1984 a 1988. **Rev Lat-am Enfermagem** 1995; 3(1): 95-107.

GRIGNON, C.; GRUEL, L. **La vie étudiante**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/ibge-em-10-anos-triplica-percentual-de-negros-na-universidade,4318febb0345b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html> Acesso de 12 de set. 2014,

JESUS, T. K. de. **Redução da demanda do curso de licenciatura em Matemática**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP - 2006: Disponível em <http://www.inep.gov.br>; Acesso de 21 de out. 2013.

LUBAMBO, C. W. e BASTOS, I. A. de C. F. Condições favoráveis à Interiorização das universidades públicas em Pernambuco. **Rev. Revista dos Mestrados Profissionais-RMP**. Volume 2, nº 2, jul./dez. 2013.

NAKAMAE, D. D. Mudanças no perfil do estudante da EEUSP em quinze anos - 1973 a 1988. **Rev Esc Enfermagem USP**. 1992 março; 26(1): p. 9-16.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ADRIÃO, Tereza. **Organização do Ensino no Brasil**. Níveis e modalidades da Constituição Federal e da LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

SANTOS, C.E., LEITE, M.M.J., Perfil do aluno ingressante em uma universidade particular da cidade de São Paulo. **Rev Bras Enferm**. 2006 mar-abr; 59(2): 154-6.

SARAIVA, A. M.; QUIXADÁ, L. M. **Realização, Sofrimento, Saúde e Adoecimento: Algumas reflexões sobre o estudante e sua trajetória universitária**. Universidade Estadual do Ceará – UECE. 2013.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites da inclusão*. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>Acesso em 30 de abr. 2014.

SOUZA, N. V. D. de O. et. al. Perfil socioeconômico e cultural do estudante ingressante no curso de graduação em enfermagem. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2013 dez; 21(esp.2): 718-22.

SPARTA, M. & GOMES, W. B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 6(2), 45-54. São Paulo dez. 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.